



SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

ATA DA 16ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2017

Às 11 horas e 10 minutos do dia 4 de julho de 2017, na sala de reuniões da Secretaria de Transparência, foi realizada a 16ª reunião do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal.

Presentes: Elga Mara Teixeira Lopes, diretora da Secretaria de Transparência e Controle Social do Senado Federal (STRANS) e presidente do colegiado; Ângela Silva Brandão, da Secretaria de Comunicação Social (SECOM); Dinamar Cristina Pereira Rocha, da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC); Jesus Chediak, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e Manoel Galdino, da ONG Transparência Brasil.

Deixaram de comparecer o representante da seguinte organização: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

1. Discussão e aprovação de ata da reunião anterior

A presidente do Conselho, Elga Lopes, submeteu a ata da 15ª reunião do colegiado para aprovação. Não havendo impugnação, o documento foi declarado aprovado.

2. Apresentação do histórico do Conselho de Transparência

A presidente do Conselho, Elga Lopes, iniciou os trabalhos apresentando aos novos conselheiros um pouco do histórico de desenvolvimento do Conselho bem como os resultados conquistados nos últimos anos. Houve debate sobre a inserção de novas organizações sociais, e a conselheira Ângela Silva sugeriu a inserção do Prodasen como membro conselheiro.

3. Discussão sobre pesquisa nacional sobre transparência pública e levantamento de projetos e ações para o ano de 2017

O conselheiro Jesus Chediak iniciou debate sobre o conceito e a aplicação da transparência pública. Em seguida, sugeriu a realização de seminário para discutir, no auditório da ABI, o tema “a transparência na democracia”. A proposta foi apoiada pelos demais conselheiros. O conselheiro Manoel Galdino acrescentou a possibilidade de convidar também ativistas de controle social e transparência para o seminário. A conselheira Elga sugeriu organizar um grupo virtual que dividisse as responsabilidades para a preparação do seminário. O representante da ABI informou que colocará no grupo de trabalho funcionários experientes em organização de eventos. Servidor da Secretaria de Transparência sugeriu que o tema do seminário seja focado na transparência no legislativo, no que foi apoiado pelos conselheiros.



SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

A conselheira Ângela Silva propôs utilizar os mecanismos da comunicação social do Senado Federal para ampliar os trabalhos do Conselho de Transparência. O conselheiro Jesus Chediak ainda sugeriu um trabalho de treinamento em transparência e controle social para organismos de comunicação e jornalismo do país. O conselheiro Manoel Galdino apoiou a proposta e acrescentou a possibilidade de trazer em toda reunião do conselho pelo menos um especialista em transparência para expor sobre o tema.

O conselheiro Manoel Galdino defendeu a ideia de se ter a participação da sociedade civil como uma diretriz do Conselho. O conselheiro sugeriu a inserção de novas organizações da sociedade civil, reforçando a ideia de rotatividade. A proposta é que haja alguma eleição para os representantes da sociedade civil, para garantir oxigenação, divulgação das atas e pautas na internet, e transmissão ao vivo das reuniões do conselho. O conselheiro sugeriu também que a pauta das reuniões do Conselho fosse publicada com antecedência para consulta de qualquer cidadão.

A conselheira Elga sugeriu à conselheira Ângela Silva que o próximo tema de redação do concurso Jovem Senador seja transparência. A conselheira sugeriu também a gravação de vídeos curtos no fim de cada reunião com declarações dos conselheiros sobre transparência para publicação nos canais de comunicação do Senado. Todos conselheiros apoiaram a sugestão. A conselheira presidente ainda reafirmou o compromisso do Senado em manter a periodicidade das reuniões em que pese turbulências políticas.

4. Discussão e votação do Regimento Interno do Conselho de Transparência

O conselheiro Manoel Galdino sugeriu que os detalhes do Regimento sobre composição, como eleição e rotatividade, fiquem como prioridade para a próxima pauta do Conselho. Outros critérios serão indicados pelos conselheiros para garantir a seriedade do processo seletivo das organizações não governamentais.

5. Apresentação aos Conselheiros de aplicação do Índice de Transparência de Legislativa

Servidor da Secretaria de Transparência apresentou os resultados da aplicação, pelas organizações Observatório Social de Brasília e Instituto de Fiscalização e Controle, do Índice de Transparência Legislativa no Distrito Federal. O objeto da avaliação foi a Câmara Legislativa do Distrito Federal que alcançou a nota “C”. O relatório foi entregue diretamente ao presidente daquela Casa, que elogiou a aplicação e se comprometeu em melhorar o índice em seis meses.



SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

6. Discussão e análise da proposta de Ato sobre a Transparência Ativa

A conselheira Dinamar Cristina sugeriu inserções no Ato sobre a Transparência Ativa que serão encaminhadas por e-mail aos conselheiros para deliberação. O conselheiro Manoel Galdino sugeriu realizar recomendação do Conselho para que os senadores forneçam as informações que a conselheira descreve.

Reunião encerrada às 13h30.

Senado Federal, 4 de julho de 2017.

Dinamar Cristina Pereira Rocha

Ângela Silva Brandão

Manoel Galdino

Jesus Chediak

Elga Mara Teixeira Lopes